

População pobre e educação numa cidade de fronteira

Luiz Eduardo Catta*

Resumo

A região da “tríplice fronteira” entre Brasil, Argentina e Paraguai esteve por muito tempo à margem das decisões econômicas e políticas de seus respectivos países, conseguindo, apenas no final do século XX ter uma projeção em face dos projetos que ali se desenvolveram, principalmente a construção da maior usina hidrelétrica do mundo, Itaipu. Tal processo afetou de maneira significativa todos os aspectos da vida cotidiana da população local, e a precária educação oferecida aos segmentos mais pobres daquela região, visto que muitos dos moradores do campo e das cidades de toda a “tríplice fronteira” buscavam na cidade de Foz do Iguaçu (Brasil) uma escola pública para a educação de seus filhos.

Palavras Chaves: Fronteira - Pobreza - Escola

Abstract

The region of the “tríplice border” between Brazil, Argentina and Paraguay have been for a long time to the edge of the economic and politics decisions of its respective countries, getting only in the end of century XX to have a projection with the projects that had been developed there, mainly the construction of the biggest hydroelectric plant of the world, Itaipu. Such process affected in significant way all the aspects of the daily life of the local population, and the precarious education offered to the poorest segments of that region, since many countryside and cities across all the “tríplice border” were looking for a public school in the city of Foz do Iguaçu (Brazil) for an education of their children.

Palavras Chaves: Border - Poverty - School

Existe uma região bastante singular na América do Sul, conhecida como “tríplice fronteira”. Esta região, localizada no sul do continente abarca as fronteiras territoriais entre os países Brasil, Paraguai e Argentina, com as respectivas cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu. Tomando o Brasil como referência, localiza-se no extremo oeste do Estado do Paraná.

Resultado do processo histórico de ocupação demorada, e estando longe dos interesses governamentais até a terceira década do século XX, aquela região, ao contrário da maioria das demais na América, organizou-se a partir de um modelo muito particular de exploração econômica, centrada inicialmente na exploração dos recursos naturais de suas férteis terras, depois centrando a exploração na agricultura, dedicando-se, também ao aproveitamento de suas belezas naturais (já que comporta as famosas Cataratas do Iguaçu) com o turismo, para finalmente incorporar o comércio de produtos industrializados na ampla área

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Foz do Iguaçu. Doutor em História Social.

de fronteira, e a exploração dos recursos energéticos fornecidos pela hidrografia local, com a construção da maior usina hidrelétrica do mundo, Itaipu. (PADIS, 1981)

Apesar de ter se tornado um município pertencente à chamada Área de Segurança Nacional em 1968 (COMBLIN, 1980; AMARAL GURGEL, 1975), quando o regime militar brasileiro, instaurado em 1964, chegava a um dos momentos mais obscuros da política brasileira, e quando se poderia esperar um maior investimento governamental na região, poucas alterações foram sentidas ou percebidas no *modus vivendi* da cidade uma vez que não recebeu de imediato os recursos que lhe permitiriam enfrentar seus problemas sociais mais graves e prementes.

Se os problemas observados em Foz do Iguaçu ainda não tinham a dimensão daqueles enfrentados por outras cidades brasileiras em processo de crescimento, ainda assim, muitos deles já incomodavam a população local, pois a cidade praticamente estivera estagnada no que diz respeito à sua economia e à infra-estrutura urbana até o início da década de 70. Além da falta de recursos financeiros, os prefeitos “indicados” pelo governo do Estado com a permissão de Brasília tinham pouco conhecimento das reais necessidades dos moradores locais, pois suas preocupações estavam focados em seus interesses políticos e econômicos, na manutenção de seu poder na região e nas relações cordiais com os governantes militares e de todos aqueles que eram de confiança do regime. Não apenas em Foz do Iguaçu, mas em toda a região fronteira, incluindo a Argentina e o Paraguai. (CATTA, 2003).

Se os sinais de transformações daquela sociedade eram pouco significativos, até por volta de 1970, não apenas para aqueles que cotidianamente estavam nela inseridos, mas para os que a viam “de fora”, estes se tornariam marcantes a partir da instauração de uma nova ordem política para toda a região de fronteira, no bojo da “Doutrina de Segurança Nacional”. Desse modo Foz do Iguaçu se tornaria estrategicamente importante na geopolítica brasileira para o cone-sul, necessitando de ações imediatas que a “incluíssem” no projeto de “Brasil Grande” (COUTO E SILVA, 1978).

É nesse contexto que o governo brasileiro vai investir na construção da maior usina hidrelétrica do mundo, Itaipu, em parceria com o Paraguai, país vizinho e aliado ideológico do regime militar brasileiro. Os acordos finais foram selados em 1973 e as obras daquele empreendimento se iniciaram efetivamente em 1975.

Em 1970, Foz do Iguaçu possuía uma densidade demográfica de 38,69 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que a maioria da população já morava na área urbana. Ou seja, dos 33.970 habitantes, 20.150 compunham o quadro urbano enquanto os 13.820 restantes

ainda estavam esparramados pela zona rural. Para sentirmos o impacto da construção do mega-projeto Itaipu no quadro demográfico do município, vamos observar que em 1980, portanto cinco anos após o início das obras, a população passou a ser de 136.320 pessoas. Destes, 101.330 viviam, ou procuravam sobreviver, na área urbana, tentando encontrar algum tipo de trabalho vinculado ou não àquela obra. Os restantes 34.990 habitantes de Foz do Iguaçu viviam no espaço rural, mas dependendo, muitos deles, do crescimento do mercado de consumo proporcionado pelos milhares de trabalhadores que acorreram à cidade. A densidade demográfica de Foz do Iguaçu passou para 216,38 hab./Km². (CATTA, 2003)

A nova dinâmica econômica da fronteira, baseada nos desdobramentos da construção da maior usina elétrica do mundo ao mesmo tempo em que se incrementava um extraordinário comércio de fronteira entre Brasil e Paraguai,¹ começou a atrair muitos trabalhadores dos mais diversos tipos de atividades, e que, na busca por novos e melhores ganhos, começaram a atuar, preferencialmente, na região próxima à Ponte da Amizade que ligava as duas cidades fronteiriças. Esboçou-se, gradativamente, a formação de um setor social composto por trabalhadores com pouco (ou nenhum) recurso financeiro, dedicando-se a todo o tipo de expediente, configurando um novo espaço de atuação da população mais carente de Foz do Iguaçu. A cidade foi se transformando rapidamente em seus aspectos urbanísticos, em sua estruturação econômica, e nas expectativas de desenvolvimento amparadas pelo grande volume de dinheiro em circulação na região, geradas exatamente por essa nova dinâmica.

Para termos uma dimensão das condições precárias a que a maior parte da população da cidade de Foz do Iguaçu começava a ser exposta, é importante que tenhamos claro que os problemas que iam surgindo não eram isolados entre si, sendo fruto do descaso das autoridades municipais que se sucederam no poder, corroborados pelos setores dominantes da economia e da política local, que pouco fizeram para que as transformações em curso atingissem favoravelmente a toda comunidade. O conjunto de problemas sociais foram gestados ao longo da construção de Itaipu e espelhava os momentos de euforia das classes dominantes, cujo discurso apontava para o “progresso” da cidade e região, e que, supostamente, viria a resolver a vida de todos que lá viviam.

Porém, a perspectiva que se vislumbrava para Foz do Iguaçu era outra, como apontava estudos projetivos efetuados por órgãos do governo estadual, para quem “a pobreza, as doenças, a morte prematura, as moradias insalubres, a ausência de saneamento básico, a

¹ Comércio este de produtos importados de países asiáticos, europeus e dos EUA para o Paraguai, e vendidos em Ciudad Presidente Stroessner (a partir de 1989 passou a se chamar Ciudad Del Este) quase que exclusivamente para brasileiros, que afluíam de diversas partes do país. Estes trabalhadores informais são chamados de “muambeiros” ou “sacoleiros”.

subalimentação, o analfabetismo, o subemprego, a baixa taxa de escolaridade, as dificuldades de acesso aos equipamentos e serviços urbanos existentes (...) traduzem uma precária qualidade de vida, [e] constituem-se em facetas de um mesmo fenômeno global” (IPARDES, 1977:192), como aquele que estava se moldando em Foz do Iguaçu, e reflexamente, abrangendo as cidades fronteiriças dos três países.

A chegada de um número cada maior de pessoas em busca de trabalho na cidade entre meados da década de 70 e o final dos anos 80, redundou na desorganização do espaço urbano de Foz do Iguaçu, com a formação de núcleos residenciais subnormais, mais conhecidos como favelas, na área central da cidade, formando um enorme cinturão de pobreza, que aumentava, paralelamente, ao desenvolvimento do comércio de fronteira. (CATTA, 2003)

Dentre os inúmeros problemas sociais que sempre afetaram as camadas mais pobres da sociedade local, antes e depois da “Era-Itaipu”, estava o de acesso à educação formal nas escolas da cidade. Principalmente se levarmos em conta que Foz do Iguaçu se encontrava numa região bastante atípica: muito distante da capital e dos grandes centros urbanos do Estado Paraná e numa região de fronteira com dois países que também possuíam cidades com uma população pobre, e que poderiam ter na educação formal uma possibilidade de inclusão social. E como era, a quem e para que servia a educação em Foz do Iguaçu nos anos que antecederam as frenéticas mudanças na cidade e região?

Apesar de constar em documentos oficiais da prefeitura de Foz do Iguaçu que existia em Foz do Iguaçu um “índice bastante elevado de escolarização” (PDI-DM, 1972:119), é preciso que atentemos para as especificidades de sua sociedade que, como muitas outras do interior brasileiro, via na educação um benefício para as camadas mais abastadas e uma extravagância para os mais pobres. Apesar de aquele documento acusar um índice de escolarização de 82,80 %, a maioria das pessoas freqüentava a escola apenas para aprender a ler e escrever, ou para conseguir escrever o próprio nome. O que, para uma sociedade voltada para as atividades do setor primário e alguns serviços essenciais, e com poucas atividades culturais, constituía-se numa diferença marcante no conjunto da sociedade.

A despeito do número elevado de matrículas na escola primária, que de 1966 a 1970 passou de um total de 3.637 para 6.099 alunos (PDI-DM, 1972:119), incluindo-se aí o primário, o primeiro e segundo ciclo, ocorria um decréscimo acentuado nos ciclos subsequentes. Atingi-los, era um privilégio da população mais esclarecida pertencentes, invariavelmente, às famílias mais tradicionais e de melhores condições econômicas. O decréscimo de alunos de um ciclo para outro se explica, em parte, pela necessidade que

tinham os jovens de trabalhar prematuramente, a fim de contribuir para o aumento dos ganhos da família, geralmente se dedicando aos trabalhos sazonais da agricultura ou no extrativismo vegetal.

Mas também, podemos fazer uma outra leitura desses dados, ou seja, que isso era fruto de uma cultura que enaltecia sobremaneira o trabalho, minimizando a importância de muitos anos de estudo, e que foi incorporada ao cotidiano da população de Foz do Iguaçu, trazida e difundida em toda a região por imigrantes italianos e alemães, e seus descendentes, que lá chegaram em busca de novas atividades econômicas.(GREGORY, 2002)

Apesar do tempo de escolarização se limitar a uns poucos anos de estudos, o número de vagas nas escolas, apesar de pequeno, era suficiente para atender a demanda da população local, independentemente da família a que pertenciam ou dos rendimentos que auferiam. Mas as escolas de Foz do Iguaçu contemplavam ainda, estudantes das cidades fronteiriças do Paraguai e Argentina que, com muitas dificuldades, atravessavam os rios Paraná e Iguaçu, em busca de uma educação formal, mesmo que precária. Muitas crianças passavam a viver com algum parente residente em Foz do Iguaçu, para poder se dedicar aos estudos básicos, voltando às suas moradias nos finais de semana.

Essa situação acabou contribuindo para uma integração cultural e social muito interessante entre brasileiros, paraguaios e argentinos, a qual ainda hoje se reflete no cotidiano da população da ampla faixa daquela fronteira.

Entretanto, essa realidade se refletia no rendimento escolar das crianças em geral que era “bastante prejudicado pelo alto índice de crianças argentinas e paraguaias que atravessam suas fronteiras para estudar em nossas escolas [pelo] problema da língua, [que] geram um atraso em toda a turma já que não ficam em classes isoladas”(PDI-DM, 1972:125). É importante ressaltar, nesse sentido, que meninos e meninas oriundos do Paraguai e Argentina, traziam consigo uma formação baseada na grande maioria das vezes, na cultura guarani (GALEANO, 1982), predominante naquelas remotas áreas de fronteiras, ocupadas tardiamente, no que diz respeito ao Paraguai (MIRANDA, 1989), e também da Argentina.

Para as famílias paraguaias e argentinas, a única alternativa de uma educação formal para seus filhos se encontrava nas poucas escolas de Foz do Iguaçu. Muitos desses grupos familiares acabaram por se fixar na cidade, uma vez que as oportunidades de emprego foram se ampliando a partir dos anos 70, e aquelas outrora crianças, com o curso médio concluído, tiveram oportunidade de disputar o mercado de trabalho com os brasileiros. Porém existe um outro aspecto importante, e que atingia diretamente o processo educativo desenvolvido na fronteira. Como acontece ainda hoje, devido à necessidade de ingresso precoce dos setores

mais carentes da sociedade no mercado de trabalho, a evasão escolar, tanto na cidade quanto no campo, se ampliou continuamente.

A população da zona rural, sem dúvida, era a que mais sofria com a necessidade de abandonar os estudos a fim de se dedicar aos trabalhos na agricultura, fundamental para a manutenção de uma vida digna no campo. Estudos do governo municipal apontavam que “na época da colheita, as escolas rurais mantidas pelos municípios chegam a fechar, pois não há frequência nenhuma”.(PDI-DM, 1972:125)

Entretanto, os próprios relatórios reconheciam que a evasão escolar não podia ser atribuída apenas ao fato de que a população da fronteira se deslocava continuamente sem permanecer por muito tempo na cidade. E nem mesmo a mecanização da agricultura, que contratava e demitia muitos trabalhadores rurais sazonalmente podia ser culpada por aquela tendência. O que de fato provocava aquela situação era a conjugação de diversos “fatores de ordem econômica, social e cultural, como trabalho na zona rural, má alimentação, doenças, desinteresse e falta de recursos dos pais, a par da má estruturação do sistema educacional que não acompanha esta realidade”(PDI-DM, 1972:126). Assim, o quadro era muito preocupante no sentido de formar uma mão-de-obra qualificada, até mesmo para o pequeno mercado local.

Se Foz do Iguaçu, frente à nova realidade que ia se constituindo, à medida em que começou a ser inserida nos projetos do governo como área estratégica, tendo como referência principal a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, deparava-se com numerosos problemas no que diz respeito à moradia, à saúde, ao saneamento, ao abastecimento de água e às carências alimentares de sua população mais carente, teve também que debater-se com um sistema educacional que não atraía sua população, e não abria perspectivas de qualificação para os moradores enfrentarem a nova realidade do mercado de trabalho local em plena expansão. E, como constatava um estudo elaborado para o município, o resultado era “milhares de brasileiros que alfabetizados de forma precária, não possuem condições de prosseguirem em busca de maiores conhecimentos que lhes permitam uma maior capacidade competitiva dentro da sociedade e estruturalmente dentro de um país em busca de desenvolvimento”. (PDI-DM, 1972:126)

E essa reflexão deve ser aplicada e ampliada quando diz respeito àquela população pobre que vivia nos confins do país, e que ainda não imaginava que piores dias estavam por vir.

Mas essa é uma outra história para ser contada pelos que virão.

Referências Bibliográficas

- AMARAL GURGEL, José Alfredo. *Segurança e democracia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.
- CATTA, Luiz Eduardo Catta. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel/Paraná: Edunioeste, 2003.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica del Brasil*. México: El Cid, 1978.
- GALEANO, Luís (compilador). *Mujer y trabajo en el Paraguay*. Assunción, Paraguay: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1982.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel/Paraná: Edunioeste, 2002.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Estudo dos efeitos econômicos e sociais da hidrelétrica de Itaipu sobre a Região Oeste do Paraná*. Curitiba, 1977.
- MIRANDA, Carlos R.. *Paraguay y la era de Stroessner*. Assunción, Paraguay: RP ediciones, 1989.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – DIAGNÓSTICO MUNICIPAL (P.D.I. - D.M.).
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1986.